



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ESTUDOS EM MEMÓRIA DO CONSELHEIRO

ARTUR MAURÍCIO



ANNO AD OMNES

Coimbra Editora

Título
ESTUDOS EM MEMÓRIA DO CONSELHEIRO ARTUR MAURÍCIO
1.ª Edição, Dezembro 2014

Autores
AA.VV.
Organização: Maria João Antunes, com a colaboração de Marta Cavaleira



Coimbra Editora®
(registo INPI n.º 300 737)

Editora

Arco de Almedina, 8 - 2.º andar
3000-422 Coimbra
Tel. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651

www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
R. Ferreira Borges, 77-79
3000-180 Coimbra

ISBN 978-972-32-2268-5

Depósito Legal n.º 384 454/14

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

ESTUDOS EM MEMÓRIA DO CONSELHEIRO
ARTUR MAURÍCIO

Estudos em memória do Conselheiro
Artur Maurício.
ISBN 978-972-32-2268-5

CDU 34

Qualquer reprodução desta obra, total ou parcial, que não tenha sido previamente autorizada pelo Editor, pode constituir crime ou infração, puníveis nos termos da legislação aplicável.

ÍNDICE

	Págs.
APRESENTAÇÃO.....	11
ANA LUÍSA PINTO — <i>O direito de propriedade na jurisprudência constitucional portuguesa — conteúdo e caracterização</i>	13
ANA RITA GIL — <i>A adoção de filho do cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo — o direito vigente à luz dos princípios constitucionais</i>	49
ANTÓNIO ARAÚJO/ANTÓNIO MACEDO DE ALMEIDA — <i>A revisão constitucional de 1982. Apontamentos para a história do semipresidencialismo português</i>	77
ANTÓNIO CLUNY — <i>A Independência da Procuradoria Europeia: Um Marco na Cultura Judiciária da Europa</i>	157
ANTÓNIO E. DUARTE SILVA — <i>A Primeira República e a Constituição Colonial Portuguesa</i>	179
ANTÓNIO HENRIQUES GASPAR — <i>Justiça; Obrigação (im)possível</i>	217
ARMINDO RIBEIRO MENDES — <i>A Arbitragem e a Jurisprudência do Tribunal Constitucional</i>	233
CARLA AMADO GOMES — <i>A culpa (ou a conduta?) do lesado: reflexões sobre um instituto aberto</i>	269 *
CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA — <i>O problema do significado na filosofia e nas ciências da linguagem (síntese de um jurista para juristas)</i>	287
CARLOS LOPES DO REGO — <i>A Reforma do Processo Civil e o Processo Constitucional</i>	301
CRISTINA MÁXIMO SANTOS, <i>A Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E.: a nova instituição de crédito do Estado Português</i>	331
EDUARDO MAIA COSTA — <i>Ações encobertas (Alguns problemas, algumas sugestões)</i>	357
ESTRELA CHABY — <i>Averiguação oficiosa da maternidade e da paternidade e averiguação para impugnação da paternidade presumida: tudo como antes?</i>	371

	Págs.
GUILHERME FONSECA — <i>Os Deveres previstos na Constituição da República Portuguesa</i>	399
IRENEU CABRAL BARRETO — <i>O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos entre o seu passado e o seu futuro</i>	407
ISABEL ALEXANDRE — <i>Proposição de acções civis pelo incapaz de facto e direito de acção judicial</i>	429
J. A. TELES PEREIRA — <i>A Indemnização por Expropriação. O caso especial do artigo 26.º, n.º 12 do Código das Expropriações de 1999 na Jurisprudência do Tribunal Constitucional</i>	441
JASNA OMEJEC — <i>Dialogue on the advisory jurisdiction of the European Court of Human Rights</i>	477
J. N. CUNHA RODRIGUES — “ <i>Mecanarte</i> ” revisitado.....	521*
JOANA NEVES — <i>Os Efeitos da Insolvência na Arbitragem Internacional: problemas de direito aplicável</i>	537
JOÃO CAUPERS — <i>O difícil tempo do direito</i>	565
JOÃO CURA MARIANO, <i>O artigo 71.º do Código Civil e a tutela de direitos fundamentais após a morte</i>	581
JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO — <i>Mutações Constitucionais: um conceito vazio?</i>	601
JOSÉ A. R. L. GONZÁLEZ — <i>A responsabilidade civil por danos não patrimoniais na jurisprudência do Tribunal Constitucional da última década</i>	615
JOSÉ CASALTA NABAIS — <i>Estabilidade financeira e o Tratado Orçamental</i>	637
JOSÉ MANUEL M. CARDOSO DA COSTA — <i>Mode de désignation et indépendance des juges constitutionnels: Le cas portugais</i>	665
JOSÉ MANUEL MEIRIM — <i>Federações desportivas e exercício de poderes de natureza pública: o assumir da fractura no sentido da manutenção da tradição</i>	671
J. M. SÉRVULO CORREIA — <i>A Arbitragem dos Litígios entre Particulares e a Administração Pública sobre situações regidas pelo Direito Administrativo</i>	683
JOSÉ SOUTO MOURA — <i>Razoabilidade e proporcionalidade na jurisprudência Penal do STJ</i>	721
JUAN ANTONIO LASCURAÍN, <i>El control constitucional de las leyes penales</i>	739
LEONOR DO ROSÁRIO MESQUITA FURTADO — <i>A intervenção do Ministério Público no Contencioso administrativo</i>	769

	Págs.
LÍGIA FERRO DA COSTA — <i>A Titularização de Créditos: Problema ou Solução?</i>	781
LUIS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO — <i>Os tribunais, os juztes e a actividade política</i>	851
MARGARIDA LIMA REGO — <i>Da inconstitucionalidade das normas permissivas de «discriminação racional»</i>	869
MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS — <i>Relance sobre 20 anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional de julgamento das contas anuais dos partidos políticos</i>	889 ✕
MARIA DOS PRAZERES BELEZA — <i>Algumas reflexões sobre o contributo dos Julgados de Paz para a evolução da justiça cível</i>	925
MARÍA EMILIA CASAS BAAMONDE — <i>Huelga en servicios esenciales para la comunidad y responsabilidad política</i>	939
MARIA HELENA BRITO — <i>O princípio do direito único como instrumento jurídico da coerência em Direito Internacional Privado</i>	977
MARIA JOÃO ANTUNES — <i>Dos atos homossexuais com adolescentes aos atos sexuais com adolescente (da norma dos casos à norma do artigo 173.º do Código Penal)</i>	1009
MARIA LÚCIA AMARAL — <i>O modelo europeu de justiça constitucional. Origens e fundamentos</i>	1025
MARIANA FARIA MAURÍCIO — <i>Algumas notas sobre a conferência procedimental no Projeto de novo Código de Procedimento Administrativo</i>	1041
MARTA CAVALLEIRA/ANA CARLA TELES DUARTE PALMA — <i>O que suspende a suspensão da eficácia de um ato administrativo?</i>	1067
MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO — <i>O ordenamento constitucional português e a garantia de um nível mínimo de subsistência</i>	1097 ✕
PAULO FERREIRA DA CUNHA — <i>Do Neoconstitucionalismo. Entre práticas e teorias</i>	1125
PAULO MOTA PINTO — <i>A proteção da confiança na "jurisprudência da crise"</i>	1141
PEDRO CARO DE SOUSA — <i>O Reenvio Prejudicial — O Mecanismo de Fiscalização Concreta do Direito da União Europeia</i>	1183
PEDRO MACHETE — <i>Os limites do primado dos decretos legislativos regionais sobre a legislação emanada dos órgãos de soberania</i>	1207
ROSENDO DIAS JOSÉ — <i>Sobre a execução da sentença que condena à prática do acto administrativo devido</i>	1223

	Págs.
RUI MANUEL MOURA RAMOS — <i>Competência judicial e execução das decisões na União Europeia. A Reformulação do Regulamento Bruxelas I pelo Regulamento (UE) n.º 1215/2012, de 12 de Dezembro de 2012</i>	1269
RUI MEDEIROS — <i>Arbitragem necessária e Constituição</i>	1301
RUI PINTO DUARTE — <i>O equilíbrio contratual como princípio jurídico</i>	1331
RUI TAVARES LANCEIRO — <i>A inconstitucionalidade de normas legais habilitantes da actuação administrativa "em branco" — breve nota relativa ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013</i>	1347
TOMA BIRMONTIENĖ — <i>The Features of the Constitutional Doctrine of the Independence of Courts as Formulated in the Jurisprudence of the Constitutional Court of Lithuania</i>	1377



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.

R. Ferreira Borges, 77-79

3000-180 Coimbra

Tel. (+351) 239 852 650

Fax (+351) 239 852 651

www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

ISBN 978-972-32-2268-5



9 789723 222685

Depósito Legal n.º 384 454/14